



## **Artigo: Perfil Socioeconômico do Programa Mulheres Mil IFPB - Campus Monteiro: expressão da questão social**

**Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud<sup>1</sup>, Fabiana Pereira Sousa<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Pedagoga – IFPB - Campus Monteiro. Gestora Local do Programa Mulheres Mil. E-mail: rocha\_anapaula@hotmail.com

<sup>2</sup>Assistente Social IFPB - Campus Monteiro. Gestora Local do Programa Mulheres Mil. E-mail: fabiana.sousapb@ifpb.edu.br

**Resumo:** Este artigo resulta da experiência desenvolvida no IFPB campus Monteiro durante a execução do Programa Mulheres Mil no primeiro semestre de 2012. Programa este que tem como objetivo promover até 2012 a qualificação profissional de 100 mulheres residentes na Vila Santa Maria, bairro do município de Monteiro, na Paraíba, de acordo com as necessidades educacionais da comunidade e a vocação econômica da região, estruturando-se, para tanto, em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento. Para registro de dados, foi desenvolvido um formulário específico com vistas a registrar informações relativas às condições objetivas de vida da família, bem como seu perfil socioeconômico. O objetivo deste artigo é apresentar o perfil socioeconômico dessas famílias, como vivem e se organizam no bairro. Os dados apresentados decorrem da análise do levantamento realizado com as mulheres regularmente matriculadas ao término do processo seletivo. Optou-se por apresentar os resultados em forma de tabelas, o que possibilita uma melhor compreensão dos dados. Após análises, identificou-se que uma parcela significativa das famílias sobrevive do emprego informal; vivem em condição de vulnerabilidade social e recorrem aos programas de transferência de renda como forma de subsistir e manter suas necessidades básicas.

**Palavras-chave:** mulheres, família, vulnerabilidade social, programas.

### **1. INTRODUÇÃO**

O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo brasileiro e foi implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A partir de setembro de 2011 o IFPB *campus* Monteiro firmou uma parceria com a referida Secretaria para a execução da proposta de qualificação profissional. Dessa parceria surgiu a oportunidade de desenvolvimento de uma experiência inovadora de inclusão social, envolvendo 100 mulheres na faixa etária de 18 a 70 anos, residentes no bairro Vila Santa Maria, localizado no entorno do *campus*. Partindo do pressuposto de que a família está no centro das políticas sociais, com demandas cada vez mais diversificadas e crescentes, apresentam-se aí novas peculiaridades em uma sociedade complexa e multifacetada, onde temos cidadãos totalmente vulneráveis em seus vínculos e direitos. Nessa direção, a pesquisa teve como motivo gerador o conhecimento, por parte da equipe técnica Multidisciplinar, não só das principais interfaces das famílias com suas principais necessidades e anseios; como também dos aspectos econômicos, sociais e profissionais das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil, considerando, ainda, que o núcleo familiar é a expressão máxima da vida privada, da construção de sentidos de seus limites e êxitos.

Outros pontos que impulsionaram o levantamento dessas informações durante o processo de implantação do programa foram: i) diagnosticar o perfil da Comunidade Vila Santa Maria; ii) perceber as dificuldades vivenciadas no acesso às políticas e serviços, bem como as possíveis violações sofridas; e iii) ainda delinear o público alvo do Programa para atender as expectativas e possibilidades de Acesso, Permanência e Êxito do Programa na comunidade atendida, indicando subsídios para um acompanhamento às famílias com conhecimento de suas realidades por elas expressadas. Haja vista, que são muitos os arranjos familiares onde estão presentes o idoso, a criança, a mulher, os jovens, os desempregados, os dependentes químicos, dentre outros sujeitos de direitos, afirma Carvalho (2005 apud CASTEIS, 2005) que ao se discutir processo social de inclusão e exclusão social, permite-se também retomar indiretamente a família como condição de inclusão. Para tanto, é importante conhecer os vínculos sócio-familiares e as vulnerabilidades possíveis a que estas famílias estão expostas.



O trabalho aqui exposto tem como objetivos centrais não só divulgar a toda comunidade acadêmica do IFPB parte da realidade vivenciada pelas alunas do Programa Mulheres Mil regularmente matriculadas no campus Monteiro, mas também possibilitar o interesse de novos atores participantes em outros projetos e programas de inclusão social nas Instituições Federais de Educação. Além disso, pretende-se ainda alimentar o banco de dados do Programa para a construção de novas produções científicas e articular com os poderes administrativos locais a garantia de políticas sociais identificadas como ausentes na comunidade atendida.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

### Aspectos Técnicos e Éticos

A metodologia da pesquisa do perfil socioeconômico das alunas do Programa Mulheres Mil teve início com a elaboração do formulário, submetido à aprovação dos dirigentes da instituição. Na realização do processo seletivo, após a validação das inscrições, as alunas foram informadas sobre o perfil socioeconômico. A pesquisa abrangeu todo o universo de alunas efetivamente matriculadas no Curso de Qualificação Profissional em Corte e Costura. A aplicação do questionário foi realizada pela equipe multidisciplinar (Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga) do Programa. Na sala de atendimento individual, foram explicados os objetivos da pesquisa, e ainda foi esclarecido que os dados individuais seriam mantidos em sigilo, servindo para estudo e acompanhamento. Dessa forma, a pesquisa foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2011.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, como no mundo da economia globalizada e pobreza regionalizada, são perceptíveis entre as famílias pobres maiores ameaças, dentre estas o desemprego, que atualmente atingem as famílias mais pobres (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2005), nessa perspectiva está a Comunidade Vila Santa Maria com suas especificidades locais, baixa escolaridade e falta de mão de obra qualificada. As atividades informais passam a ser a única forma de geração de renda com baixos salários.

No presente estudo, percebe-se que alguns problemas prevalecem dentre aqueles vivenciados pelas famílias, sendo estes: o desemprego e a violência doméstica. Para tanto, se faz necessária à sensibilização dos poderes públicos para a garantia e o acesso as políticas sociais e serviços, em favor dos segmentos mais vulneráveis da comunidade onde vivem; proporcionando uma educação de qualidade para seus filhos.

Apesar da democratização na educação, o acesso e permanência das mulheres na escola são interrompidos pela necessidade de geração de renda. Observa-se que mais da metade tem companheiro e param de estudar pra cuidar da família.

**Tabela 1: Distribuição das famílias por estado civil**

Nº	ESTADO CIVIL	PERCENTUAL
01	Solteira	30%
02	Casada	24%
03	Amasiada	31%
04	Separada	7%
05	Divorciada	6%



06	Viúva	2%
----	-------	----

Identificou-se que dentre as mulheres atendidas pelo Programa, 24% declaram-se casadas. A maioria declarou-se solteira, representando 30%. É comum identificar no bairro mulheres que assumem sozinhas a guarda e a educação dos filhos, sem ter constituído com o genitor de seus filhos uma união estável. Assim, é nesse cenário que muitas mulheres são responsáveis pelo provimento das necessidades básicas do lar, mesmo vivendo em sua maioria com os filhos e companheiro/cônjuge.

**Tabela 2: Parentesco das pessoas que residem com as mulheres**

Nº	PARENTESCO	PERCENTUAL
01	Filhos e Cônjuge/companheiro	49%
02	Somente filhos	17%
03	Somente companheiro	9%
04	Filhos e netos	25%
05	Outra situação	-----

Nota-se que a maioria das mulheres reside com companheiros/cônjuges e filhos. Considerando ainda as afirmações, a maioria das famílias têm acima de três filhos, famílias numerosas com dificuldades crescentes de ordem financeira e estrutural. Nesse contexto, percebe-se que, em alguns casos, os filhos mais velhos entram no mundo do trabalho para ajudar no custeio com as despesas da família, uma vez que a entrada no trabalho pode ser considerada elemento facilitador de sua saída da escola.

A baixa escolaridade das mulheres reflete em seus filhos a ideia da educação como algo dispensável, que não trará resultados imediatos e, portanto, o retorno a escola vai sendo adiado em detrimento às necessidades básicas e emergenciais.

**Tabela 3: Distribuição das mulheres por situação de escolaridade**

Nº	ESCOLARIDADE	PERCENTUAL
01	Não alfabetizada	29%
02	Ensino fundamental incompleto	54%
03	Ensino fundamental completo	5%
04	Ensino médio incompleto.	5%



05	Ensino médio completo.	6%
06	Ensino superior incompleto.	1%
07	Ensino superior completo	-----

Como um grande desafio inicial identifica-se que 29% das mulheres não são alfabetizadas, mas que apresentam vontade de aprender. Desse modo, 30% delas participam do Brasil Alfabetizado (Programa do Governo Federal para erradicar o analfabetismo). Também se observa que 54% das entrevistadas apresentam como escolaridade o ensino fundamental incompleto, o que segundo a legislação brasileira, é um grau de escolaridade é considerado baixo. Ao relacionar este dado com a condição de trabalho, percebeu-se que este grupo é composto por mulheres desempregadas ou que desenvolvem atividades informais. As que registram o grau de escolaridade ensino médio completo são somente 6%. Quanto às mulheres que registram como escolaridade o ensino superior incompleto, o percentual foi de apenas 1%.

**Tabela 4: Distribuição dos titulares por exercício da profissão**

Nº	PROFISSÃO	PERCENTUAL
01	Doméstica	18%
02	Vendedora	2%
03	Gari	6%
04	Manicure	2%
05	Pescadora	1%
06	Auxiliar de Serviços Gerais	1%
07	Agricultora	1%
08	Costureira	1%
09	Do lar	68%

As profissões declaradas pelas mulheres foram: costureira, do lar/dona de casa, doméstica, manicure, auxiliar de serviços gerais, gari, pescadora e vendedora. Um dado fundamental é que a maioria delas não exerce nenhuma atividade econômica, declarando-se “do lar”. Essas mulheres afirmam que sobrevivem basicamente dos programas de transferência de renda. Os dados mostram, portanto, que predominam as profissões voltadas às atividades domésticas, 18% trabalham como empregada doméstica. Logo, percebe-se que as profissões exercidas voltam-se àquelas de baixa remuneração, que requerem grande esforço físico, fornecendo pouco reconhecimento e baixos salários. Essas profissões ficam na base da pirâmide do mercado do trabalho

**Tabela 5: Distribuição dos titulares por participação em programas sociais**

Nº	PROGRAMA	PERCENTUAL
----	----------	------------



01	Bolsa Família	74%
02	Pensão por morte	1%
03	Aposentadoria	2%
04	Pensão alimentícia	3%
05	Auxílio reclusão	1%
06	Compra direta	1%
07	Projovem Urbano	1%
08	Programa Gari	1%
09	Programa Peixe e Verdura	1%
10	Neném fortinho	2%
11	Nenhum	13%

Quanto aos programas sociais, 74% das mulheres declaram receber o Bolsa Família. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (manutenção das crianças e adolescentes na escola; etc.), que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00). O programa está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O critério fundamental para a inclusão das famílias no Programa é a renda per capita da família, ou seja, são incluídas, preferencialmente, as famílias com a menor renda.

**Tabela 6: Distribuição das famílias pelo salário**

Nº	FAIXA	PERCENTUAL
01	100-200	20%
02	200-300	19%
03	300-400	21%
04	400-500	10%
05	500-600	10%
06	600-700	10%
07	700-800	5%
08	800-900	2%



---

09	900-1000	-----
10	1000-1100	2%
11	1100-1200	1%

---

Quanto ao total da renda familiar, 21% registram receber até R\$ 400,00; e 20% das entrevistadas recebem até R\$ 200,00, ou seja, ao correlacionar com as ocupações declaradas se identifica que essa parcela está ligada aos programas de transferência de renda e também as que desenvolvem atividades informais. Outro fator de composição da renda familiar é a participação da família nos programas sociais de complementação de renda, recebimento de cesta básica por parte do poder público municipal, entre outros. Nessa faixa de renda, as famílias vivem em condição de vulnerabilidade social, não havendo âncoras em políticas consistentes, pois os benefícios ofertados reproduzem os velhos programas compensatórios, e não possibilitam de forma efetiva e eficaz a autonomia econômica e social dessas famílias.

## 6. CONCLUSÕES

Após a análise dos dados coletados, percebe-se que as famílias participantes do Programa Mulheres Mil no *campus* Monteiro vivem em condição de vulnerabilidade social, recorrendo à rede socioassistencial, principalmente aos serviços destinados à complementação de renda como forma de manter suas necessidades básicas. A maioria das mulheres reside com cônjuge/companheiros e filhos.

Com relação à inclusão no mercado de trabalho, majoritariamente, as mulheres se declaram “do lar”, ou seja, não têm nenhuma atividade econômica. Na sequência, algumas mulheres desenvolvem atividades relativas ao trabalho informal, com baixa remuneração. Desse modo, o acesso ao trabalho representa a oportunidade que esse grupo de mulheres tem para utilizar suas capacidades e conhecimentos, para isso consolida-se nessas experiências a necessidade de intervenção nas contradições sociais, econômicas e culturais de comunidades pobres do país, por meio da ampliação dos investimentos em políticas sociais que respondam a questões como geração de trabalho, erradicação da miséria, dentre outras expressões da questão social tão presentes.

É igualmente relevante que as propostas de trabalhos com famílias devam priorizar metodologias que lhes permitam o enfrentamento de suas condições econômicas, sociais e políticas, onde as mulheres sejam sujeitos protagonistas de suas histórias na sociedade. Entende-se que este estudo possibilitará reflexões no que concerne ao potencial do grupo familiar.

É importante considerar nesse processo o reconhecimento de que qualquer ação de caráter interventivo, ou mesmo investigativo, que dentro de qualquer instituição requer a participação de vários atores: gestores, educadores, pesquisadores, alunos, famílias, e da própria comunidade, desde a fase de elaboração até a execução da proposta; dentro dos processos de planejamento de programas e projetos de inclusão social, pensados e gestados pelas instituições de educação superior, correlacionando sempre os eixos: ensino, pesquisa e extensão.

## AGRADECIMENTOS

A todos que participaram do Curso de Qualificação Profissional em corte e costura do Programa Mulheres Mil: professores e técnico-administrativos da instituição, parceiros, colaboradores da comunidade, governo municipal e a direção do Campus, a qual não mediu esforços para que o Programa cumprisse sua meta de inserir as Mulheres atendidas no mundo do trabalho com uma elevação educacional e cultural. Em especial as alunas que protagonizaram todo o processo.

## REFERÊNCIAS



ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas, 2ª. ed.** São Paulo, 2005.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: **coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/** organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região – Diretoria Provisória – 2. ed. São Paulo: O Conselho, 2006.

PROGRAMA MULHERES MIL- **Plano de Trabalho IFPB campus Monteiro, 2011.**